

“Para crescer, poupança externa não é o melhor”

Carlo Iberê
de Brasília

Consolida-se no Ministério da Fazenda o objetivo de tornar o crescimento brasileiro menos dependente da poupança externa, assim como do fluxo de capitais internacionais de curto prazo. Para consolidar essa meta, o governo continuará trabalhando incansavelmente para combinar dois fatores que considera fundamentais: superávits da balança comercial e o ajuste das contas públicas. Nesse contexto, será tomada a decisão de sacar as duas últimas parcelas a que têm direito do Fundo Monetário Internacional (FMI), assim como assinar ou não um novo acordo com essa instituição em setembro, quando termina o em vigor.

Os pontos acima foram destacados a este jornal pelo secretário-adjunto da secretaria de Política Econômica, Roberto Pires Messenberg, um dos principais autores do Boletim de Conjuntura Econômica deste mês de maio, divulgado nesta semana. O secretário enfatiza o que o atual governo considera um erro do governo anterior.

“Até o ano passado a absorção de poupança externa era considerada infinita. Não era vista como uma dívida que um dia tem que ser paga e sim como doações”, critica. “Agora mudou. Não vamos deixar nem a dívida interna nem a externa se transformarem em bola-de-neve”, acrescenta Messenberg.

Na avaliação do ministério, a atual trajetória da balança comercial, que projeta um superávit em torno dos US\$ 17 bilhões até o final do ano, é um fator de tranquilidade para a atual política econômica. Até abril passado, o comércio internacional brasileiro apresentou um superávit considerado “expressivo” de US\$ 5,5 bilhões, com as exportações brasileiras registrando a média diária de US\$ 256,2 milhões, com uma expansão de 27,1% em relação ao mesmo período de 2002.

Na outra ponta do ajuste, está a manutenção do superávit primário nas contas públicas acima de 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB), índice definido como necessário pelo atual governo, independente do acordo com o FMI. “Esses ajustes nas contas internas e externas estão sendo mantidos em função das heranças que recebemos e, infelizmente, vão ter que ser consolidados, o que acarretará ainda, algum sofrimento para o nível da atividade econômica de curto prazo”, lamenta.

O técnico, ressaltando que tudo depende da manutenção do atual quadro macroeconômico, observa que a atividade econômica deverá apresentar algum crescimento a partir do segundo semestre deste ano, com maior intensidade nos três últimos meses. E, até lá, os juros também apresentarão trajetória de declinante. “Por enquanto estamos em processo de consolidação, depois aumentaremos o grau de liberdade e daremos sinais mais flexíveis”, promete.

Igual às demais autoridades monetárias, Messenberg é econômico ao tratar do prazo para a taxa de juro cair. Diz que os novos resultados dos índices que medem “os núcleos” da inflação no atacado, como o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), serão determinantes para o Comitê de Política Monetária (Copom) alterar a sua política. “Os números que mostram o núcleo dos preços no atacado não estão transmitindo queda para os preços no varejo”, mostra o secretário.

FMI e contas externas

Na entrevista, para tratar das questões com o FMI, Messenberg manteve a mesma cautela, uma vez que o Boletim, na sua primeira versão, dava a entender que o Brasil não sacaria as últimas duas parcelas com o Fundo, resultando num déficit de US\$ 9,4 bilhões em suas contas externas. Em 2002 esse resultado foi superavitário em função de um saque de US\$ 11,5 bilhões. “Esse déficit (US\$ 9,4 bilhões) resulta da postura do governo em reduzir seu endividamento com o Fundo”, dizia o documento. No final da tarde, a palavra “resulta” foi alterada para “depende”.

Messenberg justifica o “depende” com o argumento de que o governo ainda não decidiu se vai sacar os US\$ 20 bilhões referentes às duas últimas parcelas do acordo. “Vamos trabalhar para não sacar, assim como não necessitar de um novo acordo é uma diretriz. Isso quer dizer trabalharmos para uma situação de excelência para a economia e não significa fechar nenhuma porta. Será uma decisão que o ministro tomará com calma e segurança”, garante.